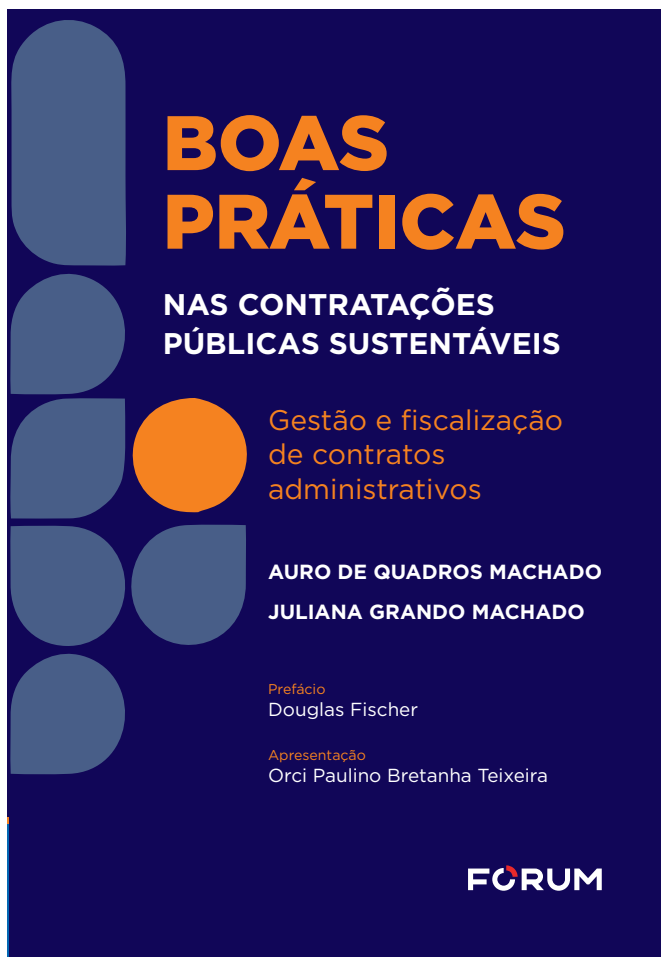




AURO DE QUADROS MACHADO
JULIANA GRANDO MACHADO

Douglas Fischer
Prefácio

Orci Paulino Bretanha Teixeira
Apresentação

BOAS PRÁTICAS NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO
DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

A presente obra procura ser um alicerce, uma luz que auxilie na tomada de decisão no tocante ao tema *Boas práticas nas contratações públicas sustentáveis na gestão e fiscalização de contratos administrativos*. Não pretendemos esgotar os assuntos aqui tratados, mas estar abertos a uma manutenção constante desta obra, em parceria com nossos leitores, com vistas a uma melhoria contínua e atualização em face da legislação que rege os temas aqui tratados, dando ênfase ao *compliance*, fortalecendo ainda mais as instituições e, com isso, a Administração Pública, aplicando a ferramenta da mediação, quando couber, com vistas a seguir com o andamento adequado do contrato em prol do interesse público, que deve ser sempre a missão da Administração, acreditando que o administrador público também pode e deve ser eficiente e célere na tomada de decisões.

Área específica

DIREITO ADMINISTRATIVO
DIREITO EMPRESARIAL
DIREITO AMBIENTAL

Áreas afins

CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO, ECONOMIA,
CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Palavras-chave

Contratos administrativos, fiscalização e gestão,
contratações públicas sustentáveis, boas práticas,
governança

FORMATO: 14,5 x 21,5 cm
CÓDIGO SANKHYA: 3974

M149b

Machado, Auro de Quadros

Boas práticas nas contratações públicas sustentáveis: gestão e fiscalização de contratos administrativos / Auro de Quadros Machado, Juliana Grando Machado. Belo Horizonte: Fórum, 2025.

368p. 14,5x21,5cm

ISBN impresso 978-85-450-0882-8

ISBN digital 978-85-450-0889-7

1. Contratos administrativos. 2. Fiscalização e gestão. 3. Contratações públicas sustentáveis. 4. Boas práticas. I. Machado, Juliana Grando. II. Título.

CDD 342

CDU 342

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MACHADO, Auro de Quadros; MACHADO, Juliana Grando. *Boas práticas nas contratações públicas sustentáveis: gestão e fiscalização de contratos administrativos*. Belo Horizonte: Fórum, 2025. 368p. ISBN 978-85-450-0882-8.

AURO DE QUADROS MACHADO

Sócio-fundador do Escritório Bretanha & Machado Advogados Associados. Advogado e Consultor de Empresas. Mestre em Direito pela PUC-RS. Professor Universitário. Julgador da 2ª Turma do Tribunal de Ética da OAB-RS. Foi Gerente Jurídico da Emater-RS. Procurador Adjunto na Procuradoria Geral do Município de São Leopoldo-RS. Palestrante. Parecerista.

JULIANA GRANDO MACHADO

Advogada em Porto Alegre-RS. Especialista em Direito da Seguridade Social – Previdenciário e Prática Previdenciária e em Direito Constitucional Aplicado pela Faculdade Legale, LEGALE, Brasil. Advogada Associada do escritório Bretanha & Machado Advogados. Procuradora Federal.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
Douglas Fischer	15
APRESENTAÇÃO	19
INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO 1	
DEFINIÇÕES.....	27
CAPÍTULO 2	
BOAS PRÁTICAS NA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. GOVERNANÇA, A IMPORTÂNCIA DOS PROGRAMAS DE INTEGRIDADE/ <i>COMPLIANCE</i> NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	39
2.1 Governança pública no Brasil	40
2.2 Gestão de riscos	42
2.3 Integridade	42
2.4 Princípios da boa governança.....	44
2.4.1 Legitimidade	44
2.4.2 Eficiência	44
2.4.3 Transparência (<i>Openness</i>).....	44
2.4.4 Integridade (<i>Integrity</i>)	44
2.4.5 Responsividade (<i>Accountability</i>)	45
2.5 Diretrizes para a boa governança.....	45
2.6 Adoção de programas de integridade e medidas de <i>compliance</i>	47
2.7 Exigência de programas de integridade nos editais de licitação na Lei de Licitações	48
CAPÍTULO 3	
CONTRATAÇÕES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS	55
3.1 Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).....	64
CAPÍTULO 4	
PANORAMA GERAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO.....	67
4.1 Instrumento de planejamento.....	68
4.2 Princípios aplicados à licitação	68
4.2.1 Princípio da legalidade	68
4.2.2 Princípio da isonomia	69
4.2.3 Princípio da impessoalidade.....	69
4.2.4 Princípio da moralidade e da probidade administrativa.....	69
4.2.5 Princípio da publicidade	69
4.2.6 Princípio da vinculação ao instrumento convocatório.....	69
4.2.7 Princípio do julgamento objetivo	70
4.2.8 Princípio da celeridade	70
4.2.9 Princípio da competição	70
4.2.10 Princípio do desenvolvimento nacional sustentável	70
4.3 Processo de contratação.....	71
4.4 Do processo e do procedimento	74
4.5 Das fases.....	74
4.6 Modalidades de processo administrativo	75
4.7 Dos conceitos fundamentais	75
4.8 Prerrogativas da Administração.....	75
4.9 Limites às cláusulas exorbitantes	76
4.10 O que vem a ser o interesse público primário.....	76

4.11	Da validade e da eficácia do contrato	80
4.11.1	Eficácia do contrato	80
4.11.2	Cláusulas necessárias no contrato administrativo	80
4.11.3	Contratos com dedicação exclusiva de mão de obra	82
4.11.4	Da duração dos contratos administrativos	83
4.12	Principais diferenças entre o contrato de direito privado e o contrato administrativo	83
4.13	Contratos em espécie	84
4.14	Contrato de obra	84
4.15	Contrato de serviço	85
4.16	Contrato de fornecimento	85
4.17	Contrato de gestão	85
4.18	Contrato de concessão	85
4.19	Do regime de execução dos contratos administrativos	85

CAPÍTULO 5

FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS		87
5.1	Exame e aprovação pela assessoria jurídica	92
5.2	Natureza jurídica do parecer jurídico	95
5.3	Parecer opinativo	97
5.4	Parecer vinculativo	99
5.5	Possibilidades de prorrogação do contrato administrativo	102

CAPÍTULO 6

ALTERAÇÕES NO CONTRATO ADMINISTRATIVO		105
6.1	Fundamentos e motivação do ato administrativo que altera o contrato	107
6.2	Realização de modificações unilaterais pela administração	108
6.3	Alteração por acordo entre as partes	108
6.4	Acréscimo e supressão nos procedimentos	109
6.5	Do termo aditivo e apostilamento	110

CAPÍTULO 7

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

ADMINISTRATIVO		111
7.1	Execução e fiscalização do contrato	112
7.2	Instrução normativa nº 5, de 26 de maio de 2017	114
7.3	Noções gerais	114
7.4	Acompanhamento e fiscalização do contrato	115
7.5	Atribuições do fiscal	115
7.6	Necessidades de incorporar a visão do fiscal do contrato ao planejamento da contratação	116
7.7	Figura do fiscal do contrato administrativo	117
7.7.1	Perfil do fiscal do contrato	117
7.7.2	Pré-requisito do fiscal	118
7.7.3	Designação do fiscal	118
7.7.4	Vedações do fiscal	119
7.7.5	Responsabilidade pela execução do contrato	119
7.8	Lei nº 8.429/92	120
7.9	Da responsabilidade civil	120
7.9.1	Código Civil	120
7.10	Lei nº 8.112/90, Regime Jurídico dos Servidores Públicos da União, art. 122	120
7.10.1	Das responsabilidades	121
7.11	Da imprescritibilidade da ação de ressarcimento ao erário	121
7.12	Da omissão	124
7.13	Assessoramento do fiscal por terceiros	124
7.14	Contratação de terceiros	125
7.15	A importância do recebimento do objeto	126
7.16	Prazo para recebimento	126
7.17	Responsabilidade pelo recebimento de objeto incompatível com o contrato	127
7.18	Forma de recebimento	127
7.19	Das medições e faturamento	128
7.20	Registro de ocorrências	128
7.21	Fiscalização das empresas prestadoras de serviços	129
7.22	Responsabilidade civil do contratado	130
7.23	Danos causados pelo contratado	130

7.24	Controle das obrigações trabalhistas e previdenciárias.....	130
7.25	Da rejeição do objeto	131
7.26	Na aplicação da glosa é importante observar os seguintes procedimentos.....	131
7.27	Para fundamentar as glosas, deverão ser observados os seguintes procedimentos.....	132
7.28	Relatório de ocorrência	132
7.29	Da extinção contratual	132
7.30	Das causas autorizadoras de extinção contratual	133
7.31	Das modalidades de extinção do contrato administrativo.....	134
7.32	Do termo de encerramento.....	135
7.33	A respeito do tema o TCU editou a súmula 205	135
7.34	Distinção entre rescisão, anulação e revogação do contrato	135

CAPÍTULO 8

APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS POR DESCUMPRIMENTO

DO CONTRATO	141
8.1 Infrações administrativas imputáveis ao contratado	147
8.2 Aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica...	154
8.3 Do devido processo legal.....	155

CAPÍTULO 9

ASPECTOS LEGAIS DOS CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS

ADMINISTRATIVOS	157
9.1 Dos crimes em licitações e contratos administrativos.....	160
9.1.1 Contratação direta ilegal (incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)	160
9.1.2 Frustração do caráter competitivo de licitação (incluído pela Lei nº 14.133, de 2021).....	165
9.1.3 Patrocínio de contratação indevida (incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)	169
9.1.4 Modificação ou pagamento irregular em contrato administrativo (incluído pela Lei nº 14.133, de 2021).....	170
9.1.5 Perturbação de processo licitatório (incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)	173
9.1.6 Violação de sigilo em licitação (incluído pela Lei nº 14.133, de 2021) ...	174
9.1.7 Afastamento de licitante (incluído pela Lei nº 14.133, de 2021).....	174
9.1.8 Fraude em licitação ou contrato (incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)	175
9.1.9 Fraude em licitação ou contrato	176
9.1.10 Contratação inidônea (incluído pela Lei nº 14.133, de 2021).....	178
9.1.11 Impedimento indevido (incluído pela Lei nº 14.133, de 2021).....	178
9.1.12 Omissão grave de dado ou de informação por projetista (incluído pela Lei nº 14.133, de 2021).....	179

CAPÍTULO 10

MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO

ECONÔMICO-FINANCEIRO.....	183
10.1 Formalização da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro	186
10.2 Condições para a revisão.....	188
10.3 Reajuste em sentido estrito.....	189
10.4 Repactuação.....	189
10.5 Contagem do interregno mínimo de 12 (doze) meses em caso de repactuação.....	190

CAPÍTULO 11

CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS

11.1	Do acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos.....	193
11.2	Responsabilidade subsidiária da administração pelos encargos trabalhistas.....	195
11.3	Guia de fiscalização dos contratos de terceirização.....	200
11.3.1	Fiscalização inicial (quando a prestação de serviços é iniciada)	200
11.3.2	Fiscalização mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura).....	202
11.3.3	Fiscalização diária.....	202
11.3.4	Fiscalização procedimental	203
11.3.5	Fiscalização por amostragem.....	203

CAPÍTULO 12	
FERRAMENTAS PARA A FISCALIZAÇÃO.....	205

CAPÍTULO 13	
MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS, EM ESPECIAL A MEDIAÇÃO	209
13.1 Princípios norteadores da conduta do mediador	212
CONCLUSÃO.....	217

ANEXOS

ANEXO I.....	223
ANEXO II	224
ANEXO III.....	226
ANEXO IV.....	227
ANEXO V	228
ANEXO VI.....	230
ANEXO VII	232
ANEXO VIII.....	233
ANEXO IX.....	234
ANEXO X	235
ANEXO XI.....	236
ANEXO XII	237
ANEXO XIII.....	238
ANEXO XIV	239
ANEXO XV	240
ANEXO XVI.....	241
ANEXO XVII.....	242
ANEXO XVIII	243
CHECKLIST – AUDITORIA DE CONTRATOS NA LEI Nº 14.133/2021.....	245

LEGISLAÇÃO

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	255
LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021	257
DECRETO Nº 12.304, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2024	331
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017	339
INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 1, DE 10 DE MAIO DE 2016	355
REFERÊNCIAS.....	365